TJ aceita recuperação extrajudicial da Casas Bahia

LILY MENEZES
REPORTER

O Tribunal de Justiça de São Paulo deferiu o pedido de recuperação extrajudicial da Casas Bahia, envolvendo renegociação de dívidas de R$ 4,1 bilhões. O pedido foi protocolado na noite de domingo e já estava pré-acordado com os principais credores, Bradesco e Banco do Brasil, que detém 54,5% dos débitos. Portanto, deve ser aplicado também aos demais credores pulverizados, dentre eles, pessoas físicas.

O CEO da Casas Bahia, Renato Franklin, disse que a expectativa é que a homologação do plano aconteça em 37 dias, somando 7 dias de prazo inicial mais 30 dias previstos em lei. Embora esse prazo possa ser renovado por mais 60 dias, a empresa acredita que bastarão os 30 dias, já que o plano foi desenhado junto com os credores. Para aprovação do plano de recuperação extrajudicial é necessário concordância de 50% mais 1. O montante renegociado, que envolve a 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries de debêntures, tinha custo médio de CDI +2,7% e prazo de 22 meses. Agora, o custo está em CDI + 1,2%, em um prazo de 72 meses. Nos cálculos da empresa, o novo perfil da dívida preserva R$ 4,3 bilhões de caixa até 2027, sendo R$ 1,5 bilhão somente em 2024. Como contrapartida, os principais bancos credores ganham o direito de converter 63% dos valores que lhe são devidos em ações da varejista. O acordo inclui uma carência de 24 meses para pagamentos de juros e 30 meses para pagamento de principal.

O TRIBUNAL de Justiça de São Paulo deferiu o pedido de recuperação extrajudicial da Casas Bahia

TECON SALVADOR S.A

CNPJ Nº 03.642.342/0001-01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. um quadro resumo das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022, a versão completa das mesmas, encontra-se disponível para consulta na sede administrativa da Companhia, na Av. Engenheiro Oscar Pontes, 97 – Comércio / Salvador/ BA CEP: 40.460-130, ou na sede administrativa do Grupo, na Praia de Botafogo, 186 - 4º andar - Rio de Janeiro, RJ. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. Salvador, 30/04/2024. A Diretoria

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	52.435	20.055
Contas a receber de clientes	35.058	28.671
Estoques	12.538	10.748
IR e contribuição social a recuperar	18.679	17.496
Outros impostos a recuperar	2.422	7.514
Outros ativos circulantes	4.547	2.104
Total do ativo circulante	**125.679**	**86.588**
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	3.062	3.737
Contas a receber de partes relacionadas	27	-
Outros impostos a recuperar	245	203
	3.334	**3.940**
Imobilizado	672.925	651.656
Direito de uso	528.931	521.613
Intangível	18.413	18.132
Total do ativo não circulante	**1.223.603**	**1.195.341**
Total do ativo	**1.349.282**	**1.281.929**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Fornecedores	42.971	29.364
Empréstimos e financiamentos	52.330	50.252
Passivos de arrendamento	52.905	49.010
Salários, provisões e contribuições sociais	11.943	11.958
Dividendos a pagar	6.982	2.966
Imposto de renda e contribuição social a recolher	582	607
Impostos a recolher	7.352	6.585
Outros passivos circulantes	2.415	2.745
Total do passivo circulante	**177.480**	**153.487**
Passivo não circulante		
Contas a pagar de partes relacionadas	2.032	3.571
Empréstimos e financiamentos	276.469	262.476
Passivos de arrendamento	549.598	529.605
IR e contribuição social diferidos	3.122	2.610
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais	7.801	9.559
Benefício pós-emprego	330	982
Total do passivo não circulante	**839.352**	**808.803**
Total do passivo	**1.016.832**	**962.290**
Patrimônio líquido		
Capital social	262.363	262.363
Reservas de lucros	69.093	57.038
Opções de ações	979	979
Outros resultados abrangentes	15	(741)
Total do patrimônio líquido	**332.450**	**319.639**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.349.282**	**1.281.929**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas Legal	Investimentos	Incentivos fiscais Sudene	Opção de ações	Outros resultados abrangentes Benefício pós-emprego	Lucros acumulados	Total
31 de dezembro de 2021	**262.363**	**6.941**	**47.931**	**20.338**	**979**	**(890)**	**-**	**337.662**
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	149	17.794	17.943
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.794	17.794
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	149	-	149
Destinação do lucro:	-	624	(24.105)	5.309	-	-	(17.794)	(35.966)
Incentivo fiscal Sudene	-	-	-	5.309	-	-	(5.309)	-
Reserva legal	-	624	-	-	-	-	(624)	-
Dividendos pagos	-	-	(33.000)	-	-	-	-	(33.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(2.966)	(2.966)
Reserva de lucros	-	-	8.895	-	-	-	(8.895)	-
31 de dezembro de 2022	**262.363**	**7.565**	**23.826**	**25.647**	**979**	**(741)**	**-**	**319.639**
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	756	21.071	21.827
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	21.071	21.071
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	756	-	756
Destinação do lucro:	-	845	7.049	4.161	-	-	(21.071)	(9.016)
Incentivo fiscal Sudene	-	-	-	4.161	-	-	(4.161)	-
Reserva legal	-	845	-	-	-	-	(845)	-
Dividendos pagos	-	-	(5.000)	-	-	-	-	(5.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(4.016)	(4.016)
Retenção de lucros	-	-	12.049	-	-	-	(12.049)	-
31 de dezembro de 2023	**262.363**	**8.410**	**30.875**	**29.808**	**979**	**15**	**-**	**332.450**

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**21.071**	**17.794**
Itens que nunca afetarão o resultado, líquido dos efeitos dos impostos	756	149
Benefício pós-emprego	756	149
Resultado abrangente do exercício	**21.827**	**17.943**

Demonstrações do resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita	321.228	297.882
Custo dos serviços	(152.980)	(144.472)
Lucro bruto	**168.248**	**153.410**
Receitas (despesas) operacionais	(69.457)	(63.240)
Despesas de vendas	(1.276)	(1.592)
Despesas gerais e administrativas	(43.776)	(44.982)
Outras receitas (despesas) operacionais	(24.405)	(16.666)
Lucro antes do resultado financeiro	**98.791**	**90.170**
Resultado financeiro	(76.142)	(75.276)
Receitas financeiras	5.804	6.052
Despesas financeiras	(81.946)	(81.328)
Lucro antes dos impostos	**22.649**	**14.894**
Imposto de renda e contribuição social	(1.578)	2.900
Impostos correntes	(1.066)	2.986
Impostos diferidos	(512)	(86)
Lucro líquido do exercício	**21.071**	**17.794**

Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e da contribuição social	22.649	14.894
Ajustes por:	143.147	135.190
Depreciação e amortização	45.226	42.860
Depreciação do direito de uso	19.720	18.425
Provisão para perdas de crédito esperadas	(586)	178
Provisão p/ riscos tributários, trab., cíveis e ambientais	2.620	(1.448)
Resultado financeiro	76.142	75.276
Benefício a empregados	(105)	(102)
Resultado na venda do ativo imobilizado	130	1
(Aumento) redução no ativo	(4.336)	7.988
Contas a receber de clientes	(5.801)	8.683
Estoques	(1.790)	(2.170)
Impostos a recuperar	5.050	(185)
Depósitos judiciais	675	354
Contas a receber com empresas relacionadas	(27)	-
Outros ativos operacionais	(2.443)	1.306
Aumento (redução) no passivo	(60.005)	(58.852)
Fornecedores	4.169	6.812
Salários, provisões e encargos sociais	(15)	624
Impostos a recolher	767	(48)
Juros pagos sobre arrendamentos	(49.909)	(47.144)
Juros pagos sobre financiamentos	(20.780)	(20.665)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.806)	(3.521)
Contas a pagar com empresas relacionadas	(1.539)	2.176
Outros passivos operacionais	9.108	2.914
Caixa líq. gerado pelas (usado nas) ativ. operacionais	**101.455**	**99.220**
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) ativ. de invest.	**(65.095)**	**(42.912)**
Venda de imobilizado e intangível	317	(1)
Adições ao imobilizado e intangível	(66.905)	(48.110)
Receitas financeiras e juros recebidos	1.493	5.199
Caixa líq. gerado pelas (usado nas) ativ. de investimento	**(65.095)**	**(42.912)**
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	**(3.980)**	**(73.499)**
Captação de recursos - terceiros	53.908	16.000
Amortização de financiamentos - terceiros	(49.738)	(47.105)
Pagamentos de arrendamento	(3.150)	(1.227)
Dividendos pagos	(5.000)	(41.167)
Caixa líq. gerado pelas (usado nas) ativ. de financiamento	**(3.980)**	**(73.499)**
Aum. (redução) líquido de caixa e equiv. de caixa	**32.380**	**(17.191)**
Caixa e equiv. de caixa no começo do exercício	20.055	37.246
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	52.435	20.055
Aum. (redução) líquido de caixa e equiv. de caixa	**32.380**	**(17.191)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional - O Tecon Salvador S.A. ("Companhia" ou "Tecon Salvador") é uma Companhia anônima de capital fechado com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia. A Companhia foi constituída em 18 de janeiro de 2000 e tem o direito de arrendamento e exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Cargas Pesadas e Unitizadas (Cais de Ligação) no Porto de Salvador durante 50 anos. O prazo do arrendamento é de 50 anos, até março de 2050, conforme previsto no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento. Tal Termo Aditivo prevê a expansão da área de arrendamento por meio da realização de investimentos mínimos de aproximadamente R$715 milhões (valor estabelecido na data-base de dezembro de 2013). As obras de expansão deverão ser realizadas em três fases. A primeira fase finalizou no final de 2020. A segunda fase já iniciou, sendo o prazo limite das obras até 2030. A terceira fase deverá ser realizada até 2034. Em decorrência do contrato de arrendamento com a CODEBA, a Companhia tem os seguintes compromissos: · Pagamento de parcelas mensais reajustáveis pela periodicidade mínima estabelecida no contrato; · Pagamento pelo arrendamento da área existente e da área acrescida nos termos do segundo aditivo contratual; e · Pagamento de Movimentação Mínima Contratual - MMC. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as declarações relevantes às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) a mensuração ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos); e (ii) perdas por redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 03 de abril de 2024. **2.1 Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas -** A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos para certas operações que refletem o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas a seguir:

Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – ***Estimativa***
Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) das unidades geradoras de caixa – ***Julgamento e Estimativa***
Realização de impostos diferidos – ***Estimativa***
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis – ***Julgamento e Estimativa***
Benefícios a empregados – ***Estimativa***
Instrumentos financeiros – ***Estimativa***

2.2 Novas normas adotadas em 1 de janeiro de 2023 - Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1 de janeiro de 2023 e que, portanto, foram adotados e não têm um impacto significativo nos resultados financeiros ou na posição do Grupo. · IFRS 17 (CPC 50) - "Contratos de Seguro" · Alterações ao IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro (alterações ao IFRS 17 (CPC 50) e ao IFRS 4 (CPC 11) · Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação · Alterações ao IAS 1 (CPC 26) e ao Pronunciamento de Prática de IFRS 2 - Divulgação de Políticas Contábeis ·Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis · Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois **2.3. Normas emitidas, mas que ainda não estão vigentes -** As principais regulamentações alteradas, emitidas ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis ao contexto das demonstrações financeiras e operacionais da Companhia são: **Norma:** Alterações ao IAS 1 (CPC 26) - Classificação do Passivo em Circulante e Não Circulante. **Descrição:** Especifica os requisitos para classificar os passivos como circulantes ou não circulantes. **Data da Vigência**[1]: Janeiro de 2024 - a serem adotadas retrospectivamente. **Norma:** Alterações ao IAS 1 (CPC 26) - Classificação passivos não circulantes com *covenants*. **Descrição:** Esclarece os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. **Data da Vigência**[1]: Janeiro de 2024. **Norma:** Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback. **Descrição:** As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. **Data da Vigência**[1]: Janeiro de 2024. **Norma:** Alterações ao IAS 7 (CPC 26) e IFRS 7 (CPC 40) - Acordos de financiamento de fornecedores. **Descrição:** Introduz novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. **Data da Vigência**[1]: Janeiro de 2024. **Norma:** Alterações ao IAS 21 (CPC 02) - Ausência de conversibilidade. **Descrição:** Especifica como avaliar se uma moeda é suscetível de ser convertida e como determinar uma taxa de câmbio se não o for. **Descrição:** Janeiro de 2025. [1] Em uma avaliação preliminar, a Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **2.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras** - A moeda funcional da Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida. Transações em outras moedas, que não a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira), são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada período de divulgação, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do respectivo período. **3. Caixa e equivalentes de caixa. 3.1 Política contábil** - Caixa e equivalentes de caixa compreendem valores em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, sendo imediatamente conversíveis a valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2022 aplicações em fundos cambiais. O principal objetivo deste fundo é fazer hedge de eventual desvalorização do dólar norte-americano. Os fundos cambiais possuem alta liquidez e são imediatamente conversíveis a valores conhecidos de caixa. São marcados ao valor justo diariamente no resultado e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.**4. Contas a receber de clientes. 4.1 Política contábil** - As contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia. Esses valores são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juros efetiva. Os valores a receber pela Companhia são normalmente recebidos em até 23 dias. Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo Maersk, MSC e CMA CGM representavam 31%,15% e 10% da receita ou contas a receber da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo Maersk representava 33,84% da receita ou contas a receber da Companhia. Não há outros ativos e passivos contratuais reconhecidos no período apresentado. **4.2 Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas** -A Companhia utiliza uma matriz simplificada do CPC 48 (IFRS 9) – *Instrumentos Financeiros* – para calcular as perdas esperadas de crédito ("ECLs") para contas a receber de clientes. As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão é inicialmente baseada nas taxas de default históricas observadas pela Companhia. A Companhia, quando apropriado, ajusta a matriz de modo a adequá-la à experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas. As ECLs são revertidas quando os valores a receber de clientes são recebidos ou renegociados. Em média, a taxa de ECLs prevista para itens provisionados da Companhia foi de 0,28% para 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 2,39%). **5. Teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa. 5.1 Política contábil -** Os ativos não financeiros (excluindo estoques e ativos fiscais diferidos) são revisados para a verificação de perda por redução ao valor recuperável (*"impairment"*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável comparado com o valor em uso do ativo. Ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável. Uma vez reconhecida, a redução ao valor recuperável do ágio não será revertida. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados no nível mais baixo onde houver UGCs separadamente. Para fins desse teste, o ágio é alocado à UGC ou grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios de onde o ágio se originou e são identificados de acordo com seu segmento. Ativos não financeiros (excluindo o ágio) para os quais a Companhia reconheceu *impairment* em exercícios anteriores são revisados se eventos ou circunstâncias indicarem que o *impairment* não se aplica mais. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida. **5.2 Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas** Julgamentos, estimativas e premissas relevantes são necessários para determinar a existência de evidência objetiva de *impairment* e na preparação dos fluxos de caixa da Companhia. A administração usa os orçamentos operacionais aprovados e dados históricos e prospectivos como ponto de partida e as principais premissas são, mas não estão limitadas a (i) receitas mensuradas por especialistas internos; (ii) custos, despesas e investimentos com base no conhecimento da melhor estimativa do desempenho passado; (iii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios internos ou publicados pela indústria, quando disponíveis; e (iv) taxas de desconto com base no custo médio ponderado de capital ("WACC"). Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, afetar o valor recuperável dos ativos. **5.3 Terminal de contêiner de Salvador -** As principais premissas usadas para determinar o valor em uso se referem à taxa de crescimento, taxa de desconto e índice da inflação. Outras premissas incluem as margens operacionais e de vendas que são baseadas em experiência passada, considerando o efeito de mudanças conhecidas ou prováveis no mercado ou nas condições operacionais. Os volumes projetados para o terminal de contêiner de Salvador foram baseados no desempenho esperado da economia brasileira até que a capacidade operacional seja alcançada. A taxa de desconto foi baseada no WACC e a taxa de crescimento para a projeção se baseia na taxa de inflação somente após a capacidade operacional ser alcançada. As principais premissas usadas para determinar o valor em uso são as seguintes:

	Terminal de contêiner de Salvador 31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	11,2%	8,5%
Taxa de crescimento	7,2%	3,4%
Período de projeção	28 anos	29 anos

Testes de recuperabilidade foram conduzidos nessa UGC, devido ao ágio reconhecido na Wilson Sons S.A. e o ágio incorporado pela Companhia, e foi concluído que não há fatores que indiquem impairment, uma vez que o valor recuperável excede significativamente o valor contábil. **6. Imobilizado e intangível. 6.1 Política contábil -** Imobilizado e intangível com vidas úteis finitas são registrados pelo custo de aquisição ou de construção menos a depreciação acumulada e qualquer perda por redução ao valor recuperável, e o gasto subsequente é capitalizado somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados à despesa fluam para a Companhia. O ágio da aquisição de um negócio é registrado pelo custo na data de aquisição do negócio menos as perdas acumuladas por *impairment*. Um item do imobilizado e intangível é baixado por ocasião de alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda resultante da alienação ou retirada de um item do imobilizado e intangível é determinado como sendo a diferença entre os ganhos na alienação, se aplicável, e o valor contábil do ativo e é reconhecido na demonstração do resultado.

O imobilizado e o intangível são depreciados pelo método linear com base na vida útil estimada, a partir da data em que o ativo estiver disponível para o uso e capitalizado. (*) menor período entre o prazo do aluguel e a vida útil do ativo subjacente. O ativo intangível mais relevante da Companhia refere-se ao direito de exploração, o qual é atribuído ao contrato de arrendamento com a Codeba (Companhia das Docas do Estado da Bahia) para o uso da área do Porto de Salvador com saldo de R$13,0 milhões (31 de dezembro de 2022: R$13,5 milhões). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida. **7. Direito de uso. 7.1 Política contábil -** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento pelo valor de custo na data inicial do contrato que seja ou contenha um arrendamento, e posteriormente deprecia esses ativos pelo método linear sobre o período contratual. O grupo mais relevante de arrendamento da Companhia são os ativos operacionais, que se referem, basicamente, ao direito de arrendar e operar o terminal de contêiner no porto de Salvador. Esse arrendamento está em vigor até 2050. **8. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento. 8.1 Política contábil.** Empréstimos e financiamentos - Empréstimos e financiamentos são passivos financeiros inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido de custos de transação incorridos, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos da taxa efetiva de juros e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em curso, usando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas nos empréstimos são reconhecidas como custos de transação. Os juros sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados como parte do imobilizado caso estejam diretamente ligados a um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificável esteja pronto para uso. Em 2023 e 2022 a Companhia não registrou nenhum custo capitalizado de empréstimo. Os juros sobre empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período em que foram incorridos.

Passivos de arrendamento

Passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Para um portfólio de arrendamentos com características similares, os passivos de arrendamento poderiam ser descontados usando uma única taxa de desconto. Os pagamentos incluídos no passivo de arrendamento abrangem pagamentos fixos e seus prazos podem considerar a opção de renovação, quando o exercício da opção contratual é provável e a Companhia detém o controle. Contratos de baixo valor ou de curto prazo são reconhecidos como uma despesa no resultado com base no método linear sobre o período contratual. Pagamentos de arrendamentos variáveis não relacionados a um índice ou taxa são reconhecidos como despesa quando incorridos. Em 31 de dezembro de 2023, R$4,7 milhões foram reconhecidos no resultado, relativos a contratos de baixo valor e curto prazo e pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração de passivos de arrendamento (31 de dezembro de 2022: R$3,7 milhões). **9. Imposto de renda e contribuição social. 9.1 Política contábil -** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente uma vez que exclui ou inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. A despesa com imposto corrente da Companhia é calculada usando taxas que foram publicadas ou substancialmente publicadas até o final da data de encerramento do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias do valor contábil e da base de cálculo de ativos e passivos, bem como prejuízos fiscais calculados. Entretanto, o imposto diferido não é reconhecido quando é improvável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser usadas e a partir do reconhecimento inicial do ágio resultante de uma combinação de negócios ou se resultar do reconhecimento de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete o lucro ou prejuízo tributável. A Companhia compensa ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes quando esses itens estiverem em uma mesma entidade e se referirem a impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal que permite que a Companhia faça ou receba um único pagamento líquido. Nas demonstrações financeiras, um ativo fiscal diferido de uma entidade da Companhia não pode ser compensado contra um passivo fiscal diferido de outra entidade do mesmo grupo econômico uma vez que não existe um direito legalmente exigível para compensar ativos e passivos fiscais entre as empresas do mesmo grupo econômico. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos através de lucro ou prejuízo, exceto quando se referirem a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **9.2 Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas -** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas e custos operacionais; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais. **10. Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais. 10.1 Política contábil** - A Companhia é parte em elevado número de ações judiciais resultantes do curso normal do negócio, incluindo demandas cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas. A Companhia utiliza estimativas para avaliar a probabilidade de desembolsos com base em avaliações técnicas de seus assessores legais internos e externos e no julgamento da administração, e reconhece uma provisão no momento em que a obrigação for considerada provável e para a qual uma estimativa confiável pode ser feita. À contrapartida do passivo é registrada como despesa na demonstração de resultados. Essa obrigação é ajustada com base na evolução do processo judicial e/ou nos encargos financeiros incorridos e pode ser revertida se a estimativa de perda não for mais considerada provável devido a alterações nas circunstâncias ou quando a obrigação é liquidada. A administração não pode indicar quando as provisões podem ser utilizadas, uma vez que a maioria delas envolve litígios e cujo período da resolução é altamente incerto. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos relacionados são prováveis e são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas no período em que sua realização é praticamente certa. **10.2 Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas -** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, são resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou não. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e essas incertezas envolvem o uso de estimativas e julgamentos significativos por parte da administração com relação aos resultados potenciais dos eventos futuros. Arbitragem, decisões judiciais e administrativas em processos contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar em mudança na probabilidade de desembolsos e suas mensurações, mesmo sendo processos judiciais de circunstâncias semelhantes. **11. Dividendos a pagar. 11.1 Política contábil.** Remuneração aos acionistas - A remuneração aos acionistas pode ocorrer na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Essa remuneração é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com seu Estatuto Social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data de sua aprovação pelos acionistas. Dividendos obrigatórios - De acordo com o Estatuto Social da Companhia, após o reconhecimento das reservas, o lucro líquido será distribuído conforme proposto pela Companhia. Do saldo, se houver, 25% serão alocados para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia também pode levantar balanços e declarar dividendos, conforme deliberação da Assembleia Geral. Dividendos adicionais também podem ser considerados como dividendos adicionais obrigatórios. **12. Patrimônio líquido. 12.1 Política contábil.** Reserva de Incentivos fiscais Sudene - A legislação do imposto de renda possibilita as empresas detentoras de empreendimentos enquadrados como prioritários para o desenvolvimento regional nas áreas de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a que se refere o Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, usufruírem o benefício fiscal de redução do imposto de renda devido, conforme previsto no artigo 551 do Decreto nº 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99), com alterações posteriores. Esse incentivo fiscal é lançado em conta de resultado do exercício e destinado para uma reserva de lucros de incentivos fiscais, no patrimônio líquido. Esse incentivo só pode ser utilizado para aumento de capital social ou absorção de prejuízo. A Companhia apurou em 31 de dezembro de 2023 valor de R$4,2 milhões (31 de dezembro de 2022: R$5,3 milhões) referente ao incentivo fiscal da Sudene. Reserva legal - De acordo com o Art. 193 da Lei das Companhias por Ações, essa reserva é constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, após eventuais absorções de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, até atingir o limite de 20% do capital social realizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados. Em 2023, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R$0,8 milhão (em 31 de dezembro de 2022 R$0,6 milhão). Reserva de lucros - A administração está propondo a realocação de parte dos lucros remanescentes, equivalentes a R$12,0 milhões (em 31 de dezembro de 2022 R$8,9 milhões), nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para a reserva de investimentos baseada nos orçamentos de capital da Companhia. **13. Receita. 13.1 Política contábil .** Receita operacional - A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação de serviços prestados no curso normal do negócio da Companhia, líquida de descontos e outros impostos sobre venda e é reconhecida quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente. Obrigação de desempenho - As principais fontes das obrigações de desempenho da Companhia e os momentos em que elas são reconhecidas na demonstração de resultados estão demonstrados abaixo:

Obrigação de desempenho	Quando a obrigação de desempenho normalmente é atingida
Movimentação de contêineres	Em um momento específico no tempo
Armazenagem	Em um momento específico no tempo
Serviços complementares	Em um momento específico no tempo
Outros serviços	Em um momento específ